

AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**MEIO AMBIENTE: A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DA
MICRO ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ÀS MARGENS DA
LAGOA DA GARÇA/JUINA-MT**

AUTORA: TATIANE ALVES DA SILVA

ORIENTADORA: Profa. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

JUÍNA/2103

**AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**MEIO AMBIENTE: A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DA
MICRO ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ÀS MARGENS DA
LAGOA DA GARÇA/JUINA-MT**

AUTORA: TATIANE ALVES DA SILVA

ORIENTADORA: Profa. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

JUÍNA/2013

**AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

BANCA EXAMINADORA

PROFa. MA. ANA LETICIA DE OLIVEIRA

PROFa. MA. DENISE PERALTA LEMES

**PROFa. MA. MARINA SILVEIRA LOPES
ORIENTADORA**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu refugio e campo de força maior, por não ter me deixado desistir nos momentos difíceis que passei.

Agradeço a minha Mãe por ser meu maior exemplo de força e determinação, que não médio esforço para me ajudar na minha caminhada acadêmica, e que tem no sucesso dos filhos seu maior orgulho. Agradeço em geral a minha família meu pai e meus irmãos por ter me suportado em minhas crises históricas de ansiedade nos momentos mais difíceis. Em especial agradeço a o meu namorado pela paciência e pela fé que depositou na minha capacidade.

Agradeço imensamente a minha Mestra/ Orientadora Marina Silveira Lopes, que nunca expressou em seu olhar sentimentos que me desencorajassem na busca pelo conhecimento, sempre incentivando a buscar mais e explorar mais o saber a cerca do mundo.

Agradeço a todos os professores que me ajudaram na minha formação acadêmica em especial as minhas professoras Mestras Ana Letícia e Denise, pela paciência e pela insistência na sua profissão de docência.

DEDICATÓRIA

A Deus e a minha amada mãe que na sua experiência de vida me passou todos os princípios, necessário para que eu pudesse alcançar com dignidade e um sorriso no rosto todos os meus objetivos. Ao meu pai que nunca me desestimulou nesses três anos de caminhada acadêmica.

Ao meu namorado Daniel Nascimento Gonçalves que dedicou todo seu esforço para me ajudar nos momentos mais difíceis e estressantes me deu apoio, carinho, conforto e coragem e na minha ausência foi passivo e compreensivo.

Dedica a minha irmã que consolou muitas vezes as minhas lágrimas me ajudando a estar firme nos meus objetivos, ao meu irmão que sempre me defendeu até quando não precisava e que eu sei que sempre torceu pelo meu sucesso, a minha cunhada e afilhada por me mostrar na sua curta experiência de vida que grandes transformações são possíveis e reais, te agradeço por fazer parte desta família.

Aos meus avós pelos seus gestos carinhosos de apoio, coragem e incentivo, durante estes três anos.

A minha mestra Marina Silveira Lopes que conquistou um lugar especial em minha vida, me guiando pelos caminhos dos saberes, e por ter o pulso firme na minha orientação, na sua conduta disciplinada; amada e temida por todos que tiveram a chance de ser seus discentes.

Enfim dedico a todos que de uma forma ou outra contribuíram na minha formação acadêmica.

EPÍGRAFE

“Destruímos constantemente a natureza, pois a consumimos. Lutamos pela manutenção de equilíbrios, articulamos lutas de emancipação, deslocamo-nos vigência de outros ritmos-, produzimos nos tempos da pós-modernidade. Somos o resultado e os produtores de tudo o que se dá ao nosso redor. Paradoxo fundamental da própria existência humana: lutar pela vida que, inexorável, caminha em direção à morte”!

(FÁBIO CASCINO, 1998)

RESUMO

O conhecimento acerca da percepção ambiental é de fundamental relevância para compreender os motivos que incentivaram uma parcela da comunidade a se deslocar para áreas proibidas, assim como a mata ciliar da Lagoa da Garça, situada no centro da cidade de Juína ao Noroeste de Mato Grosso. A área de estudo despertou interesse pelo fato de estar desrespeitando os limites configurados para moradia numa área muito próxima ao centro, uma região que passa por um constante processo de ocupação, que pode prover consequências irreversíveis para o ambiente natural e criar prejuízos à população. Destaca-se como principal objetivo analisar a estrutura socioeconômica dos moradores e entender até que ponto eles percebem o ambiente que os circundam, assim como os motivos que os levaram a se fixar neste local. Para obter as informações necessárias a conclusão deste estudo foi realizada uma pesquisa amostral, por meio de questionários, junto a um trabalho de conscientização com os moradores, posteriormente foi feita uma entrevista aos órgãos competentes; a secretaria de infraestrutura, diretoria de Controle Urbano e com o Sr. Hilton Campos engenheiro responsável pelo projeto da Lagoa da Garça. Compreendendo a importância da mata ciliar, 60% dos moradores consideram a hipótese de remanejamento, mas no momento estão desenvolvendo um projeto de reflorestamento de uma parte do quintal. E junto ao poder público foi possível obter a informação, que já existem projetos voltados à regulamentação das Áreas de Preservação Permanente em toda a cidade, assim como um projeto de ambientação da Lagoa da Garça. No entanto, não há datas previstas para a implantação dos mesmos, apesar do lento processo até a consolidação dos projetos os moradores já estão sendo cadastrados numa relação que vai ajudar na decisão final do judiciário.

Palavras-chave: Percepção Ambiental, Área de Preservação Permanente, Lagoa da Garça.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Município de Juína-MT.....	14
Figura 2. Localização da Lagoa da Garça em Juína.....	18
Figura 3. Lagoa da Garça, 2013.....	19
Figura 4. Invasão de posseiros próximos a nascente da Lagoa da Garça, 2011.....	19
Figura 5. Moradias irregulares, terreno acidentado na reserva da Lagoa da Garça, 2011.....	25
Figura 6. Moradias irregulares, proximidade excessiva da Lagoa da Garça, 2013.....	32
Figura 7. Lixo descartado de forma inadequada no fundo do quintal, próximo as nascentes, 2013.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. % dos moradores que sairiam da área de APP através de acordo.....	30
Gráfico 2. % dos moradores situados na área de APP e tempo de residência.....	31
Gráfico 3. Nível de escolaridade dos moradores da Área de Preservação Permanente da Lagoa da Garça e suas respectivas nascentes.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I: NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS DE JUÍNA: HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO.....	14
CAPITULO II: A CONSTANTE MUDANÇA NAS CIDADES	21
2.1. JUÍNA: UMA CIDADE DIALOGANDO COM O URBANO E O RURAL	26
CAPITULO III: O AMBIENTE E O MORADOR: PROJETO DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA LAGOA DA GARÇA.....	29
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS	40
APENDICE.....	42

INTRODUÇÃO

A modernidade trouxe um fluxo migratório campo-cidade muito intenso e rápido, não dando tempo para o planejamento das áreas urbanas, assim a sociedade se estruturou de forma complexa, a qual o ser humano é coautor das principais mudanças no contexto social, econômico e ambiental. Assim serão tratados os problemas de ordem ambiental e social, questionando dentro do contexto urbano a percepção ambiental do ser humano e como são condicionados pelo capital ou pela falta do mesmo, assim como questões culturais. Relevando a forma com que cada parcela da sociedade percebe o ambiente que o circunda assim procurar uma explicação condiz a cada situação.

Analisando os acontecimentos dentro do espaço urbano, possui-se um complexo sistema ocupacional da terra constituindo um mosaico urbano, formado por um núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, sub-centros terciários, áreas residenciais distintas e sucessivamente até as delimitações de áreas destinadas a preservação que deveriam manter-se intocadas por motivos de equilíbrio ambiental, bem estar e saúde.

Considerando este mosaico urbano como principal local onde o ser humano busca para constituir família, tendo em vista mais acesso às comodidades da cidade como a proximidade de atendimento hospitalar, perto do trabalho, do comércio em geral. Para que isto aconteça e a urbanização se realize de forma adequada, muitas medidas preventivas e fiscalizadoras devem ser tomadas. O que é incoerente com a realidade porque pequenas e grandes cidades expandem além dos limites configurados para moradia, isto é resultado muitas vezes da má distribuição de renda e do êxodo rural.

Visando a qualidade de vida, e para atender a dignidade humana, ou seja, as necessidades básicas defendidas pela constituição, de saúde, moradia, educação, todo município necessita de um bom planejamento urbano, em conjunto com um planejamento ambiental e os demais departamentos.

O meio ambiente como um todo necessita de cuidados, mas dissemina-se em uma parte da sociedade uma consciência informal e socialmente desestabilizada, que na tentativa encontrar seu lugar neste mosaico urbano se

submete às situações precárias em áreas de risco, assim como áreas verdes destinadas a conservação de nascentes ou rios próximos ao perímetro urbano.

Em alguns casos mesmo conscientes da ilicitude dos seus atos, a sociedade predominantemente urbana não possui em sua maior parte uma consciência ambiental sustentada em valores ambientais que associe a conservação dos recursos naturais ao bem estar social para gerações presentes e futuras e quando há uma base é ignorada devido à falta de recursos e a necessidade econômica que priva parte da população.

Esta discussão é levantada a respeito de uma Área de Preservação Permanente próxima a nascente da Lagoa da Garça, que cruza o perímetro urbano da cidade de Juína. Esse mesmo sendo um município jovem ao Noroeste de Mato Grosso, com trinta e um anos desde o desmembramento do município de Aripuanã, apresenta um quadro considerável de problemas ambientais no perímetro urbano. As seguintes problemáticas nortearão essa pesquisa: quais as causas que levam os moradores a alocarem suas moradias numa APP? Porque a Secretaria de Infraestrutura e a Direção de Controle Urbano não interferiram na ocupação ilegal da nascente da Lagoa da Garça? E qual a consciência ambiental que os moradores possuem do local onde vivem?

A intervenção humana na configuração espacial de um ambiente pode prover consequências irreversíveis, no entanto pouco se houve falar sobre reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente no perímetro urbano em Juína, ou remanejamento dos moradores para locais adequados e seguros que é vital para a conservação da Lagoa da Garça, artificialmente represada para ser um cartão postal da cidade e que divide dois bairros centrais Modulo 03 e Modulo 05 mas encontra-se em condições precárias.

O estudo está delimitado à área que começa na nascente da Lagoa da Garça situado no bairro Módulo 05 as margens da Av. Fernando Junqueira e se estende até a Rua Nova nas proximidades da Lagoa no município de Juína. Município este situado ao noroeste de Mato Grosso 725 Km da capital Cuiabá pelas MTs 170/358/343 e BR- 364, segundo dados do Portal Mato Grosso (2010). Esta pesquisa acadêmica vem sendo desenvolvido desde 2011 quando uma nova área ainda preservada foi invadida e loteada dentre os populares. Diante da negligencia

do poder público em não se manifestar com relação ao fato ocorrido, despontou uma incômoda insatisfação com o fato.

Assim destaca-se como principal objetivo, analisar a estrutura socioeconômica dos moradores, os motivos que os levaram a se fixar nesta área e a forma individual que eles percebem o ambiente onde moram. E como objetivos específicos analisar até que ponto vai a consciência ambiental dessas pessoas, a estrutura econômica da região, e por fim entender qual a posição dos órgãos competentes em relação a situação de irregularidade dos moradores da Área Preservação Permanente da Lagoa da Garça no Bairro Módulo 05.

As seguintes etapas foram seguidas, levantamento do referencial teórico para dar base ao tema, suporte metodológico e teórico para o estudo. Fez-se necessário ainda trabalho *In loco*, onde no primeiro momento foi feito apenas a observação, e registro através de fotografias. A partir da análise das imagens, em 2011 foi feito um artigo sobre as áreas de APPs em Juína/MT, proposto pela professora/mestra Denise Peralta Lemes, deste então instigou-se o interesse de dar continuidade, e analisar a percepção ambiental dos moradores da APP da Lagoa da Garça no perímetro urbano.

Em setembro de 2013 foi aplicado um questionário amostral, ao mesmo tempo foi feito um trabalho de aconselhamento com os moradores, posteriormente surgiu a necessidade de buscar as entidades competentes para que expusessem sua versão sobre o caso. Após algumas tentativas falhas, foi entrevistado o Sr. João Luiz Cardoso, Diretor de Controle Urbano, o Sr. Renato Tozzo, Secretário de Infraestrutura Urbana e por fim o Sr. Hilton Campos precursor do projeto Juína e mediador das primeiras mudanças na Lagoa da Garça.

Estruturou-se essa monografia da seguinte forma: o Capítulo I, *Nas coordenadas geográficas de Juína: a história da criação do seu território*, compreende a localização e as coordenadas da área de estudo assim como a história do município de Juína/MT, fazendo uma análise geral da formação das cidades brasileiras. O Capítulo II: *A constante mudança das cidades*, aborda conceitos e temas tratados pela geografia urbana e ambiental. O capítulo III: *O ambiente e o morador: projeto de recuperação e conservação da Lagoa da Garça*, a *Conclusão*, trazendo os resultados e objetivos alcançados e as referências utilizadas.

CAPITULO I

NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS DE JUÍNA: HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO.

Juína completou 31 anos em 2013, a cidade nasceu a partir do desmembramento do município de Aripuanã. Sua primeira vila foi onde é atualmente o distrito de Fontanillas. Seu surgimento se deu devido a implantação do Projeto Juína, com uma extensão aproximada de 411.000 hectares de terras, entre a MT 180 e a BR280, que liga a cidade de Vilhena (RO) a Aripuanã e Juína pela BR364, rodovia AR-1 (CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA, 2008-2013).

O projeto Juína pretendia criar um município novo no meio da Floresta Amazônica, para incentivar o povoamento do estado, o projeto foi sustentado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) extinta em 1998 e diretores da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), e por ações desenvolvidas pelo engenheiro Hilton Campos, mato-grossense natural de Cáceres, ex-funcionário da CODEMAT.

Prescrita em nove de maio de 1982 e sancionada pela Lei nº 4.456 em solenidade pública, o distrito de Juína, tornou-se oficialmente um município, com uma distância aproximada de 725 Km da capital Cuiabá segundo dados do Portal Mato Grosso(2010). Localizada ao Noroeste do Mato Grosso como mostra na figura 01, atualmente conta com mais de 39 mil habitantes, estimado pelo IBGE (2013).

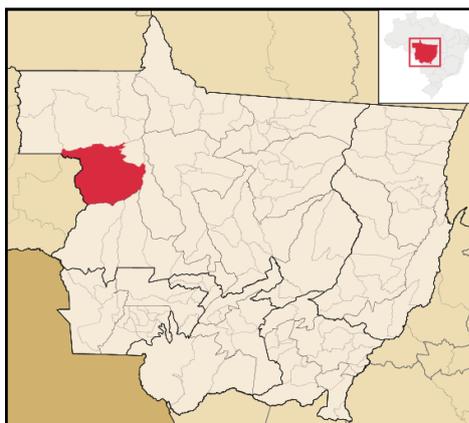


Figura 01: Localização do Município de Juína-MT.
Fonte: ABREU, R. L. de. (2006).

As terras do município de Juína tiveram um grande valor agregado devido ao seu potencial mineral e ao mesmo tempo propícia à agricultura e a pecuária, um solo pouco explorado em meio à Floresta Amazônica, um projeto peculiar que trouxe bons resultados para a economia da região, mesmo diante da grande dificuldade de acesso.

Atraiu migrantes de várias partes do Brasil, principalmente da Região Sul que entre a década de 1960 a 1980, enfrentaram “(...) um processo intenso de esgotamento da fronteira agrícola, associado à modernização das práticas agropecuárias, deflagrou grandes alterações na dinâmica migratória da região” (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, 1997, p.8). Tornando-se um fator de repulsão dos produtores rurais que sobreviviam da agricultura primária na Região Sul, que na tentativa de conservar suas práticas migravam para novas áreas produtivas em pleno processo de povoamento, atraídos por incentivos fiscais e terras de baixo custo nas áreas inexploradas do Centro-Oeste.

No ano de 1976, foram constatadas oficialmente ricas jazidas diamantíferas na região, através de pesquisas identificadas pela SOPEMI - Sociedade de Pesquisas Minerais e pelo Projeto RADAMBRASIL¹, daí por diante a atividade garimpeira fez a história de Juína.

Atraindo interessados de várias partes do Brasil, assim como os irmãos Ben-Davi, compradores das pedras preciosas, instalaram a Bolsa de Diamantes que adquiriu por longos anos consideráveis lotes de diamante, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013). A extração de diamante foi por muito tempo a principal economia do município, no entanto cercada por conflitos que marcaram a história da região.

A extensa área do município, antes da chegada dos colonos era habitada pelos povos indígenas *Cinta-Largas*, *Rikbaktsa* e *Enawenê-nawê*. Atualmente ainda

¹A princípio o projeto se chamou Radar na Amazônia - priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste, posteriormente em 1975 o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando o mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL (OLIVEIRA, 2013, p.1). Pelo Decreto no 91.295, de 31-05-85, o Projeto RADAMBRASIL foi incorporado à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e, portanto, extinto como órgão autônomo (MONTEIRO FILHO, 1999, p.3).

estão presentes na região, mas em números bem reduzidos aos originais. Muitos habitam áreas protegidas e a estação ecológica Iquê-Juruena.²

Conta-se que por volta de 1960 cerca de 3.500 índios *Cinta-Largas* foram brutalmente assassinados e ou envenenados por arsênio. Segundo história, os crimes foram cometidos por pistoleiros a mando de empresários sem escrúpulos, acobertados por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), episódio que ficou conhecido no Brasil e no mundo como o Massacre do Paralelo 11, segundo dados da página dos Povos Indígenas do Brasil (2006). Motivados pela ganância de enriquecer, muitos índios e não índios morreram nos garimpos de diamante.

Apesar dos acontecimentos marcantes a região se desenvolveu continuamente legalizando o projeto Juína com a aprovação do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária– pela portaria nº 904, de 19 de setembro de 1978 (CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA, 2008-2013). No ano seguinte em 1979 Juína foi jurisdicionada³ como distrito de Aripuanã.

Assim Hilton Campos, detentor de grande mérito na criação e colonização de Juína emancipada em 1982, não mediu esforços para trazer os primeiros sinais de progresso para o município. A cidade cresceu com uma estrutura planejada, tornando-se um dos projetos de maior êxito na história de colonização na CODEMAT. O Sr. Hilton devido a suas realizações conquistou grande popularidade, sendo eleito prefeito de 1993 a 1997 e de 2005 a 2008.

Em entrevista o Sr. Hilton Campos relatou que durante a implantação da rodovia 364 que liga a cidade Vilhena (RO) à Aripuanã, entre meio a este percurso o Sr. Jairo Ferreira ex-superintendente da SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, chegou às terras do rio Juinão, após verificar que as terras eram boas para a agricultura, fez uma proposta para a CODEMAT, de criar uma cidade no meio da Amazônia, por este motivo é conhecida também como Rainha da Floresta.

O Sr. Hilton ainda declara que através de uma licitação do então senador Filinto Muller, foi aprovada em congresso e ainda dizia “Vamos integrar a Amazônia

² Iquê-Juruena- Compreende os arredores do rio Iquê, região de sobreposição com a Estação Ecológica (ESEC) Iquê. O Iquê compõe a bacia do Juruena e parte das suas nascentes chega até a cidade de Vilhena (RO) (FRANCISQUETTI, 2013, p.1).

³É todo aquele que está sob jurisdição, ou seja, sob o julgamento de um juiz. No caso do Tribunal de Contas, é todo órgão que, por lei, presta conta ao TCE (TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO, 2012).

para não entregá-la”, que ressalta o interesse que os países exteriores possuem sobre a Amazônia.

Em homenagem ao Sr. Jairo Ferreira, Hilton Campos engenheiro do Projeto, em entrevista declarou ter sugerido que a cidade se chamasse Ferreiropoles, no entanto o mesmo não concordou, passando a chama-lá de Juina, que significa pequeno rio, pequeno menino na língua indígena, relacionado ao rio Juina Mirim.

Seguindo uma sugestão de Sr. Jairo Ferreira, Hilton Campos fez o projeto da cidade com o formato de uma colméia de abelha, um octógono ligado a outro, cada octógono correspondia a um bairro, ou módulo como ficaram conhecidos. Este projeto foi seguido até a criação do Módulo 04, no entanto a figura não se completou.

Mas foi desta forma que se deu a criação do município Juína, todas as informações aqui descritas foram repassadas pelo próprio Sr. Hilton Campos através de uma entrevista. O mesmo ainda destacou que na sua primeira candidatura a prefeito de 93 a 97, pôde dar continuidade à alguns dos seus projetos para a cidade, incluindo obras e instalação da Lagoa da Garça.

No entanto como consequência desta obra, grande parte de seu leito foi interrompido e a tempos a lagoa sofre com diversos problemas ambientais, como desmatamento da mata ciliar, sistema aberto de esgoto e moradias irregulares das suas nascentes até às margens da Lagoa. Localizada entre os bairros Módulos 05 e 03 como mostra a figura 02, a seguir, cruzando a cidade no sentido Sudoeste/Norte com áreas de nascentes no bairro Industrial e Módulo 05.

Além da Lagoa da Garça existem mais duas nascentes que estão dentro da área urbana, uma curiosidade se dá pelo fato de que possuem nomes de aves típicas de planícies alagadas do Pantanal e da Amazônia e ao mesmo tempo o Sr. Hilton Campos declara que os nomes das lagoas foram apelidos dado aos três diretores da antiga CODEMAT, sendo conhecidas da seguinte forma: “(...) Nascente do Colhereiro relacionado a Gabriel Odematos Muller que faleceu, Lagoa da Garça em relação a Luiz Carlos Armani que ainda é vivo, e Tuiuíú, que é o Passo Grande, era o Gabriel Muller, que também faleceu a um ano.”

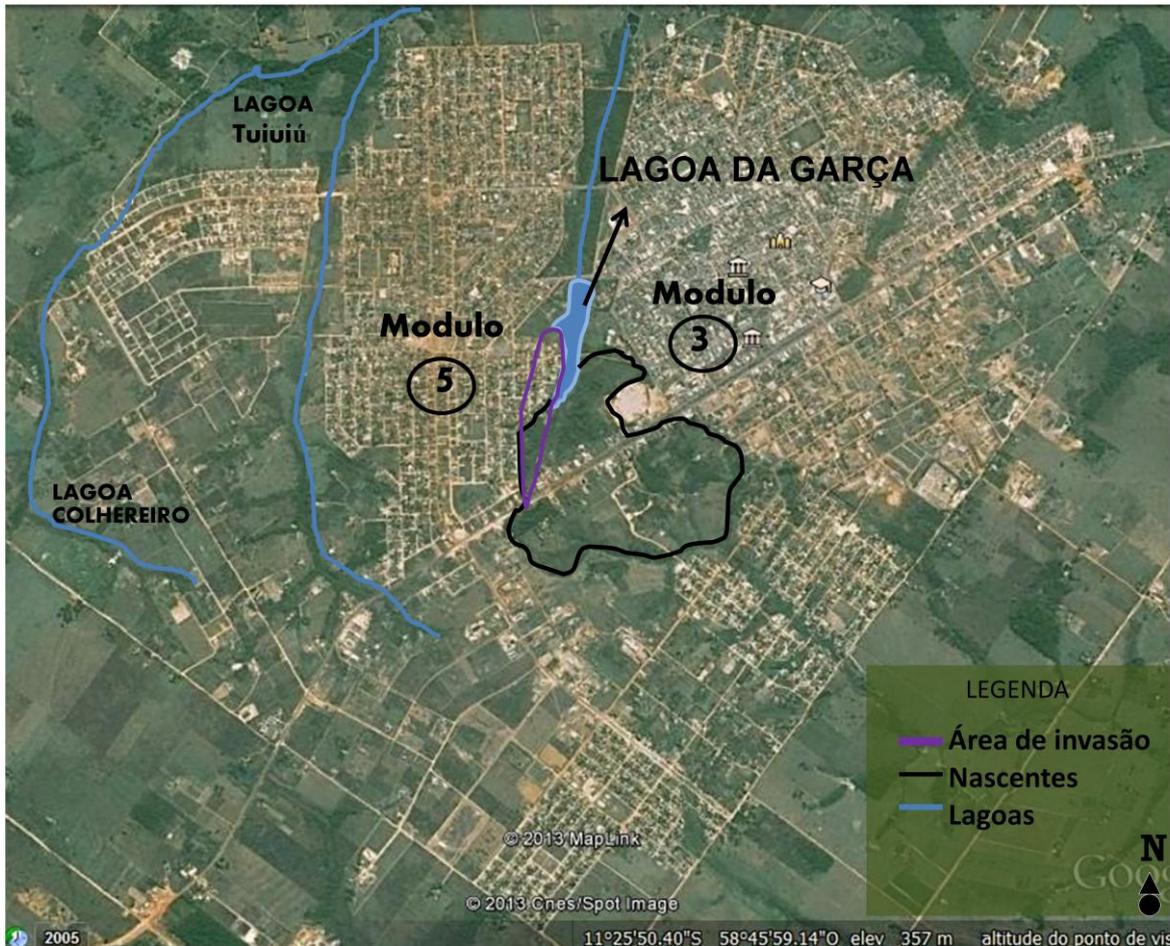


Figura 02: Localização da Lagoa da Garça em Juína-MT.

Fonte: Google Earth. (2005), Adaptado por: SILVA, T. A. da (2013).

Em entrevista ao Diretor de Controle Urbano, Sr. João Luiz Cardoso, para comprovar a veracidade dos documentos encontrados na Página da Câmara Municipal de Juína (2013) a respeito de obras e instalações na Lagoa da Garça, o mesmo afirma que “estes projetos voltados para melhoria e infraestrutura da Lagoa nunca foram efetivados”, assim como o seguinte. Devidamente descrito como, investimentos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, segundo a Lei Orgânica Municipal nº 849/2005, aprovado e sancionado pela Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2005, dispondo um investimento de R\$ 735.000,00 e mais adiante em dois de julho de 2007 a nova lei orgânica nº 935/2007 atribuiu mais R\$ 1.500.000, claramente disposto “Projeto: 1.055-Construção de infraestrutura turística Lagoa da Garça – Acesso e Urbanização” assinada pelo prefeito vigente, disponível em anexo p.40 e 41.

Enfim não foram idealizados os projetos acima descritos, deixando no esquecimento e em condições precárias a Lagoa da Garça, até que alguma iniciativa

seja tomada para mudar a imagem da única Lagoa presente na cidade, implantada para ser referencia turística, se espera ao menos um local seguro e protegido de invasões, desmatamento e poluição. No entanto a situação atual é bem diferente como mostra as figuras 03 e 04 com forte desmatamento e ocupação irregular.



Figura 03: Lagoa da Garça, 2013.

Fonte: SILVA, T. A. da, 2013.



Figura 04: Invasão de posseiros próximos a nascente da Lagoa da Garça, 2011.

Fonte: SILVA, T. A. da, 2011.

Este é um grave problema social que implica em muitos questionamentos, mas afinal a quem aplicar a culpa? À prefeitura que não atendeu satisfatoriamente os pré-requisitos do planejamento ambiental de uma cidade, ou atribuir a culpa aos posseiros que aproveitaram uma brecha na fiscalização do município para se situarem numa área que por questões ambientais se manteria conservada.

Compete ao poder público em todas as escalas fiscalizar e regulamentar o uso do solo, através de políticas públicas e medidas preventivas, para diminuir o

impacto das forças da natureza sobre a cidade e conseqüentemente amenizar os danos que o ser humano causa a natureza.

No entanto durante muitas décadas a realidade foi outra, a maior preocupação do Governo Federal estava em ocupar os quatro cantos do Brasil. Pelos programas e incentivos fiscais para colonização e povoamento de novas áreas, e com a chegada da indústria no Brasil, houve uma grande intensificação do movimento campo-cidade, criando um fluxo desordenado às cidades do Brasil.

CAPITULO II

A CONSTANTE MUDANÇA NAS CIDADES

A cidade surgiu num momento em que o homem sentiu necessidade de romper com o isolamento das áreas, procurando viver de forma integrada. Segundo Carlos (2001) no momento em que o homem passou a dominar técnicas agrícolas tirando seu próprio sustento ele deixa de ser nômade, assim é dado os primeiros passos para formação da cidade. Tendo domínio sobre as técnicas agrícolas passam a existir as primeiras formas de divisão de trabalho fora da produção.

Para Carlos (2001) a divisão de trabalho fez surgir uma diferenciação entre as atividades essencialmente urbana e a agricultura dispersa. O espaço passa a adquirir características dos seus habitantes, assim Carlos (2001) coloca que a origem da cidade.

(...) se confundiria com o princípio de uma Hierarquização social, a qual, no entanto, a precede historicamente. Assim podemos vincular a existência da cidade a pelo menos seis elementos:

- a) Divisão do trabalho;
- b) Divisão da sociedade em classes;
- c) Acumulação tecnológica;
- d) Produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica;
- e) Um sistema de comunicação;
- f) Uma certa concentração espacial das atividades não- agrícolas.
(CARLOS, 2001, p. 59 e 60).

Com o passar dos tempos a cidade foi tomando formas e características diversas. Em que os seus habitantes procuram adaptar-se as novas condições, procurando satisfazer suas necessidades sociais e capitalistas. Desta forma, Carlos (2001) enfatiza que espaço gira em função das condições de reprodução da vida humana e não apenas na reprodução do capital. No entanto, os métodos utilizados para este fim são conflitantes, e vão definir como o ser social percebe o ambiente.

Pelas suas ações, o ser humano transforma o espaço geográfico, modificando e construindo novas paisagens. Esse é definido por Santos (1991) da seguinte forma.

Um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O Conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por

consequente, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1991, p.26 e 27).

O conceito de paisagem e espaço geográfico se complementam. Tanto que para Bertrand (1972) paisagem geográfica é

(...) a simples adição de elementos geográficos disparatados; é numa determinada porção de espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perfeita evolução. (BERTRAND, 1972, p.15).

Nessa confluência de conceitos, o espaço urbano imbrica-se como “o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais” (CORRÊA, 2011, p.1), assim como, áreas industriais e áreas residenciais, áreas de lazer; distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de serviço e de gestão; entre outras áreas previstas para futura expansão (CORRÊA, 2011).

Carlos (2001, p.26) complementa o conceito quando coloca que é nos espaços urbanos, que “ (...) fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade”. Cada habitante da cidade tem suas pretensões e as defendem como pode, mesmo assim os mais pobres ocupam o espaço onde não possuem de direito, devido ao alto custo da terra em áreas melhores.

Para que realmente a sociedade tome uma postura coesa em relação ao meio ambiente natural é necessário “(...) uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo” (FERNANDES, 2013, p.1). Teobaldo Neto (2005) ressalta que o ser humano percebe o ambiente de forma individual, por isso é tão difícil entender as relações sociais quanto compreender as ações dos mesmos sobre o espaço.

Desta forma onde tudo gira em torno do capital, os custos são altos e uma parcela considerável da sociedade não tem condições de obter um padrão mínimo de qualidade de vida com direito ao lazer, à educação, à saúde e ao bem estar. Isso faz com que se submetam a viver em áreas de risco, fazendo as grandes cidades

criarem verticalmente, formando favelas e conglomerados muitas vezes insalubres e ariscados, excedendo o limite do espaço urbano, destruindo e comprometendo a natureza.

Boa parte da sociedade trata a natureza apenas como um meio para suprir suas necessidades, desconsiderando que a natureza não está apenas para a espécie humana, mas é essencial para manutenção da vida e preservação do reino animal e vegetal terrestre e aquático. Esta visão limitada faz com que o ser humano perceba o ambiente só até onde vão suas próprias necessidades de moradia, trabalho, lazer e transporte, e está barreira esta longe de ser quebrada.

É relevante entender que a sociedade muitas vezes desconsidera as necessidades de preservar o ambiente natural que Santos (1991) ressalta como o ambiente que ainda não sofreu transformações causadas pela atuação humana. Desfavorecendo a divisão entre o natural e o urbano/artificial que para o autor, consiste na paisagem a qual o já sofreu transformações, com a substituição da natureza por obras e construções, ou mesmo parques, praças caracterizando assim o modo de vida na cidade.

Todavia vemos diversos eventos catastróficos decorrentes da ação das forças da natureza sobre as cidades do Brasil, como enchentes, desmoronamentos, assoreamentos de rios próximos a áreas de moradia.

Um exemplo trágico aconteceu no estado do Rio de Janeiro em 2011.

O pior deslizamento da história do país deixou 710 mortos em quatro cidades da região serrana do Rio de Janeiro. Um total de 13,8 mil pessoas estão desalojadas ou desabrigadas. O número de vítimas é maior que o registrado em Caraguatatuba, em 1967 (436 mortos). A tragédia foi causada por um fenômeno raro que combina fortes chuvas com condições geológicas específicas da região. Porém, ela foi agravada pela ocupação irregular do solo e a falta de infraestrutura nas cidades atingidas. (SALATIEL, 2011, p.3)

Casos como este, com maior e menor intensidade, acontecem todos os anos, devido a ocupação das encostas de córregos, rios ou nascentes ocasionados pelo crescimento excessivo da população e a falta de um planejamento prévio da cidade.

O intenso movimento populacional no sentido campo/cidade se explica pela busca de conforto e comodidade atraídos pelo fato de estarem próximos ao

comercio, hospitais e principalmente do trabalho entre muitas outras possibilidades. No entanto o modo de vida é completamente distante da vida do campo, o que causa espanto ao tentar se adequar ao novo sistema.

Isto reflete a miséria a falta de oportunidade no mercado de trabalho, que a cada momento torna-se mais exigente. Desta forma aqueles que não se adaptam as novas tendências do mercado, vão sendo empurrados para as periferias, contudo áreas proibidas sujeitas a muitos riscos. Mesmo que nenhum lugar seja totalmente seguro de catástrofes e fenômenos naturais o ser humano com sua capacidade pode atuar de forma decisiva minimizando e prevenindo desastres naturais, no entanto isto não é visto como prioridade na maior parte da sociedade.

Evidenciando o conforto a comodidade e o acesso aos lugares, independente da classe social Jacobi (2006) afirma que é visível que não só os menos favorecidos, mas também a elite, não usam da consciência ambiental, construindo barragens, túneis, ferrovias e tudo mais desenfreadamente.

Entretanto o estudo da geografia é essencial para uma mudança na estrutura da cidade. Ross (2003, *apud* Souza 2011) menciona que a geografia como um todo, e a geomorfologia especialmente, são de vital importância no trabalho de inventariar e analisar o quadro ambiental, que é antes de qualquer coisa um espaço, humanizado ou não, eminentemente um espaço geográfico.

Também Casseti (2013, p.1) diz que a geomorfologia “tem por objetivo analisar as formas de relevo, buscando compreender os processos pretéritos e atuais.” Destaca-se a geomorfologia urbana como um ramo da geografia que cresce cada vez mais, colaborando para poder reconhecer, através dos conhecimentos obtidos a partir da dinâmica do relevo, dos solos, das encostas, dos vales, dos rios, das bacias hidrográficas, das planícies etc., áreas de riscos propensas a deslizamentos e a enchentes e avaliar possíveis formas de recuperação para conservar o solo (GUERRA, 2000 *apud* ROSESTOLATO FILHO, 2006). Desta forma favorece a diminuição significativa de perdas humanas e de danos materiais nas cidades do Brasil. Analisando a imagem a seguir as residências estão situadas numa área acidentada, dentro da área de APP da Lagoa da Garça.



Figura 05: Moradias irregulares, terreno acidentado na APP da Lagoa da Garça, 2011.

Fonte: SILVA, T. A. da, 2011.

Enfim, o estudo da geomorfologia urbana é primordial ao bom desenvolvimento socioeconômico e ambiental de uma cidade, e torna-se mais eficaz em conjunto com as leis ambientais como exemplo:

A Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), no Art.2º, Incisos de I a X, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, atendendo os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Seguindo assim os princípios da geomorfologia, recentes pesquisas comprovam a sua importância para analisar e detectar problemas suscetíveis do processo de urbanização, para Guerra (2000 *apud* Rosestolato Filho 2006). Este estudo responsabiliza-se por analisar os planos de gestão e desenvolvimento

urbanos, devido ao fato que as cidades são fortemente sujeitos a constantes alterações no seu suporte físico-ambiental, a capacidade e resistência do solo, a declividade do local ou a espessura do solo, se oferece segurança e suportabilidade as obras inseridas no espaço. Após uma série de análises será possível um parecer favorável ou não ao habitante deste espaço.

Este estudo é primordial para garantia e seguridade de vida na cidade, assim como em planos de recuperação de áreas degradadas, no intuito de obter os melhores resultados em casos onde é necessária a interferência do poder público, na aplicação de legislações ambientais que são claras mas de difícil aplicação. Através de estudos mais eficazes associados a projetos de ação é possível adotar medidas preventivas, evitando situações extremas e muitas vezes desastres naturais.

2.1. JUÍNA: UMA CIDADE DIALOGANDO COM O URBANO E O RURAL

A história do Brasil é marcada pelo intenso processo de migração, com início na colonização do território brasileiro. Posteriormente o movimento populacional ganhou faces distintas em cada ciclo econômico ate os dias atuais, que é marcado pelo fluxo migratório interno no país como destaca Vale (2001).

Este intenso movimento populacional no Brasil se deu em diversos momentos diferentes, mas em curtos períodos da historia, o que acarretou enormes problemas de organização e urbana. Leme (1998), ressalta que entre 1860 e 1870 com a chegada da Revolução Industrial no país, a intensa mecanização da indústria nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo atraiu os olhares brasileiros principalmente do Norte e Nordeste.

O Sul e o Sudeste possuem o maior destaque na economia industrial, sendo que os migrantes vieram de todas as partes do Brasil em busca de emprego nas indústrias e no comércio. Este processo fez o homem do campo torna-se assalariado, acelerando intensamente o processo de urbanização, fato semelhante aconteceu em muitas cidades do Brasil.

Com o crescimento da economia aumentou também a discrepância entre as classes sociais, caracterizando a burguesia em alta e a classe operária

marginalizada. Mesmo com o avanço da economia, a classe operária já estava marcada pela miséria e as condições de vida precária nas periferias das grandes cidades. Enquanto alguns saíam da periferia, muitos outros ocupavam seu lugar.

Desta forma os traços da exploração já estavam cravados. Segundo Martinez (2013), foi em 1972 que houve a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo, onde representantes de 113 países estavam presentes.

A autora ainda destaca que até então, não se pensava os recursos naturais como finitos, não havia interesse em cuidar para gerações futuras, ou uma consciência humana de cuidar e proteger o ambiente onde estava inserido. Poucos estudiosos discutiam o impacto na natureza deixado pelo ser humano, no entanto sem resultados prováveis.

Segundo Neves (2008) o crescimento acelerado de muitas cidades no Brasil, sem um planejamento prévio, criam transtornos e riscos tanto para o meio natural como para o ser humano, provindos de processos geomorfológicos envolvem enchentes, deslizamento e movimento de massa. Considerando os municípios que ainda são jovens, medidas decisivas podem dar novos rumos aos problemas ambientais nas áreas urbanas em varias cidades do Brasil.

Ao andar por Juína, principalmente nos bairros periféricos, é possível observar um relevante quadro que envolve erosão pluvial, enchentes, assoreamento dos canais fluviais, loteamentos irregulares, assim como tantas outras cidades no Brasil. Mas dentre tantos um caso foi destaque; na Av. Fernando Junqueira, como já descrita no capítulo anterior, a última parte da mata ciliar que margeava a avenida foi derrubada para construção de moradias irregulares, e não foi constatada nenhuma medida cautelar.

Antes da ocupação, a mata ciliar da Lagoa da Garça era composta por uma vegetação secundária de árvores de médio e grande porte, típica de clima tropical como mostra a figura 4 da página 19, no processo de derrubada. Em 2011 durante uma pesquisa, foram avistadas algumas espécies de macacos, muitas espécies de aves que conseqüentemente ficaram desabrigadas ou tiveram que migrar para outro local.

No entanto, além dos problemas ambientais é de total relevância analisar questões sociais, que envolve diretamente a situação dos moradores que fizeram das Áreas de Preservação Permanentes - APPs suas moradias. Em 2013 para uma nova avaliação da situação, foi aplicado um questionário de opinião, junto à população diretamente envolvida com a área de estudo, o qual constatou que: 20% dos moradores declararam não ter conhecimento da legislação ambiental que determina 50 metros de área de proteção às margens do canal de drenagem ou nascente; os demais 80% admitem ter conhecimento do fato. No entanto quando questionados se teriam outra opção de moradia 90%do total dos moradores declaram que não teriam para onde ir.

Em entrevista com Diretor de Controle Urbano de Juína/MT, Sr. João Luiz Cardoso, esclareceu que quanto á áreas de APPs os moradores atualmente estão sendo notificadas. “Áreas de parques ou botânicos, hortoflorestal e APPs, não vamos aceitar invasão, estamos tomando procedimento, encaminhando a promotoria de justiça ao juiz de direito, pra ver o que eles também dizem a respeito, se pode ou não, as vezes fazer um desmembramento, diminuir a área, desde que não afete as APPs, mas esta será uma decisão tomada junto ao executivo, legislativo e judiciária”.

Desta forma há moradores que estão nessa expectativa a mais de 10 anos, vivendo numa constante aflição de perderem suas casas. Em resposta a isso o Diretor de Controle Urbano, diz que as famílias não vão ficar desamparadas, e que num primeiro momento vão pedir para as pessoas saírem dali, e de alguma forma definir onde vão colocá-las, porque não é objetivo da prefeitura deixá-los desamparados.

CAPITULO III

O AMBIENTE E O MORADOR: PROJETO DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA LAGOA DA GARÇA

Conservar, não é manter a natureza intocada já que o ser humano depende dela para sua sobrevivência, mas é uma corrente ideológica que surgiu ao final do século XIX nos Estados Unidos e segundo Lima (2013) contempla o uso racional e o manejo criterioso dos recursos naturais pela espécie humana, podendo ser aplicado em qualquer ambiente.

A análise dos pontos selecionados no percurso da Lagoa da Garça, no perímetro urbano de Juína, assim como a aplicação de questionários, visitas para aconselhamento dos moradores e consulta as principais bibliografias e legislações referentes a esta temática, foram essenciais para pontuar que a Lagoa da Garça necessita de um planejamento ambiental mais eficiente, que garanta a sustentabilidade assim como uma qualidade de vida melhor aos moradores da região do seu entorno.

Foram abordadas diversas questões até o momento; mas para alcançar os resultados almejados a participação do poder público é essencial, assim como a colaboração dos moradores que se instalaram de forma irregular. No entanto, nos questionamentos levantados há uma discussão que vai além dos danos ao ambiente natural.

Referente ao sentimento e estima que o morador atribui ao local onde habita dificultando o trabalho do poder público, é possível dizer que isto trata da topofilia descrita por Tuan (2012, p.19) como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” que varia de acordo com a experiência pessoal de cada um ou de um grupo que compartilha o mesmo espaço. Mesmo se tratando de uma área de APP, boa parte dos moradores pretende permanecer até o último momento no local, apenas os mais recentes estão dispostos a fazer um acordo em relação a sua moradia, assim como pode-se observar no Gráfico 01.

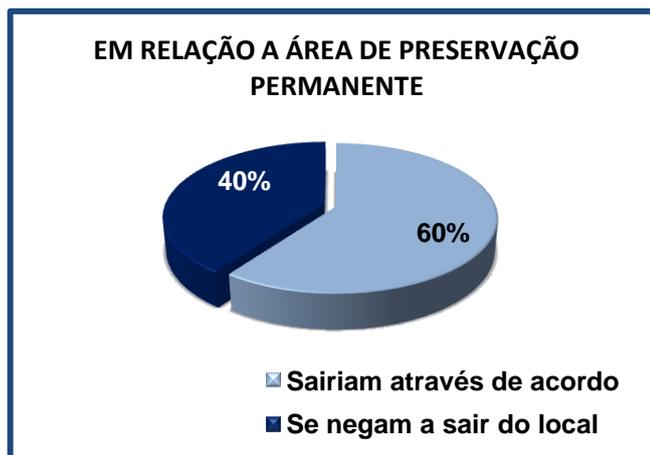


Gráfico 01: % dos moradores que sairiam da área de APP através de acordo.
Fonte: SILVA, T. A. da, 2013.

Como destacado no Gráfico 01, 60% após terem tomado consciência dos danos causados ao meio ambiente o qual deveriam proteger e cuidar e não provocar o desmatamento da mata ciliar, e intensificar o assoreamento da Lagoa da Garça, se dispõem a sair da área, caso fossem realocados em outro lugar ou reembolsados no valor dos gastos que tiveram. Mesmo entendendo a contrariedade com a legislação não possuem outra opção de moradia. Tanto que muitos estão na mesma situação relata a moradora Creuza Pereira “não tenho condições de sair, mas, moraria em outro local de pudesse”.

Os demais 40% pretendem permanecer no local. Tuan (2012) explica que, cada indivíduo possui uma preferência ou percepção ambiental que pode ser exclusiva ou compartilhada por um grupo social, baseados em antecedentes culturais ou experiências compartilhadas no contexto de seu ambiente físico.

Os moradores alegam ser um local bom para viver, apesar do grau de poluição da Lagoa da Garça utilizam da pesca como descontração além da criação de animais domésticos como patos, galinhas e até mesmo uma cabra.

O Gráfico 2 mostrar o tempo de vivência na Área de Preservação, este pode ser um dos fatores que mais aumentou o elo com o lugar, mas não somente. As experiências anteriores de sofrimento, gastos com aluguel ou dependência de viver de favor pode aumentar o sentimento de posse de ter um lar, um canto no espaço pra chamar de seu estas sensações leva à topofilia.

Tuan (2012) descreve o ser humano como um ser emocional, capaz de atribuir grandes sentimentos a coisas ou lugares. Sentimentos fortes e difíceis de expressar como sentimento atribuído a um lugar, “pode ser o lar, o *locus* de

reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN 2012,p.136). “A palavra topofilia, é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.” (TUAN 2012, p.135 e 136).



Gráfico 2: % dos moradores situados na área de APP e tempo de residência.

Fonte: SILVA, T. A. da, 2013.

Os 40% que admitem não ter interesse de sair do local, vivem na área de APP a mais de cinco anos como mostra no gráfico acima. Não é consideravelmente um tempo tão longo, mas o suficiente para o indivíduo investir suas reservas financeiras, seu esforço todo na construção da sua moradia.

Tuan (2012, p.99) ainda destaca que “o ser humano é excepcionalmente adaptável. Beleza ou feiura – cada uma tende a desaparecer no subconsciente á medida que ele aprende a viver nesse mundo”. Mesmo se submetendo a risco de enchentes ou contaminação pela água eles vão encontrar uma forma de permanecer na sua área.

Isso torna muito mais difícil a interferência do poder público, criando resistência as decisões tomadas. Um exemplo notável é o fato de os moradores se sentirem apreensivos durante as entrevistas, na aplicação dos questionários, até mesmo no trabalho de conscientização realizado no decorrer deste estudo, mesmo se tratando de um trabalho acadêmico.

Na figura 06 e 07 é possível observar alguns pontos que oferecem risco aos moradores, no intuito de minimizar esta situação, foi realizado uma visita de aconselhamento aos residentes na área de APP. Alertando-os de alguns riscos que poderiam ser evitados; como preferir água tratada ao invés de poços semiartesianos

diminuindo o risco de contaminação, descartar o próprio lixo de forma adequada prevenindo a proliferação de doenças, manterem e reflorestar o fundo do quintal que em todos os casos terminava na própria Lagoa da Garça, ou em pequenos cursos de água que formam as nascentes.



Figura 06: Moradias irregulares, proximidade excessiva da Lagoa da Garça, 2013.
Fonte: SILVA, T. A. da, 2013.



Figura 07: Lixo descartado de forma inadequada no fundo do quintal, próximo as nascentes, 2013.
Fonte: SILVA, T. A. da, 2013.

Há seguir no Gráfico 03, mostra o grau de conhecimento formal dos moradores, através deste é possível fazer algumas análises, 40% dos entrevistados possuem o ensino médio completo, 20% cursaram o 1º grau, 20% não concluiu o 1º grau e apenas 10% não é alfabetizado.

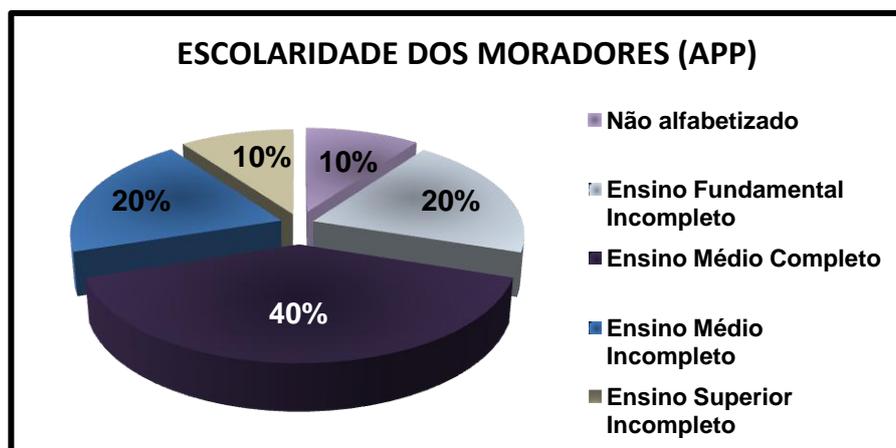


Gráfico 03: Nível de escolaridade dos moradores da Área de Preservação Permanente da Lagoa da Garça e suas respectivas nascentes.
Fonte: ALVES, T. da, 2013.

Do total, 40% possui o segundo grau e 10% cursa o ensino superior, constituindo a maior parte dos entrevistados. Os moradores admitem estar cientes dos riscos que correm ao ocuparem uma área de preservação. No entanto, este nível de conhecimento não foi o suficiente para garantir seu espaço na área urbana, o custo de vida torna-se cada vez mais elevado ultrapassando o nível de crescimento da cidade. Os demais além de um grau menor de escolaridade vivem em condições mais precárias, com auxílio do governo para manter suas famílias.

Fundamentando-se em Carlos (2001 p.82) que relata que “o espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido à uma parcela da sociedade brasileira”. Reportando-se ao município de Juína, que se encontra em pleno desenvolvimento da sua economia, o custo de vida e moradia é cada vez mais elevado, áreas próximas ao centro são fruto de muita cobiça e o mercado imobiliário que cada vez mais agrega valor. A segregação está justamente na distribuição do capital que se concentra principalmente nas mãos de comerciantes, latifundiários e na crescente indústria de carne da região.

Perante as dificuldades e o auto custo de vida na cidade, muitas famílias incluindo famílias jovens, se deparam com situações oportunas e acabam por fixar suas moradias em áreas verdes, destinadas a preservação e conservação de recursos naturais. Dentro do município, já foram tomadas algumas medidas de conscientização, no entanto, não foram suficientes para conter o avanço das invasões.

Recentemente o município foi beneficiado pelo programa de Planejamento Urbano 2054 do Ministério das Cidades, com a ação 8866 que diz que.

A Ação Apoio e Regulamentação Fundiária em Áreas Urbanas (PAPEL PASSADO) tem por objetivo apoiar estados, municípios, o Distrito federal, entidades civis sem fins lucrativos e defensorias públicas dos estados e Distrito Federal, na implantação de atividades de regulamentação fundiária de assentamentos urbanos, como forma de promover sua integração à cidade e de assegurar à população moradora segurança jurídica de posse. (MINISTERIO DAS CIDADES, 2013, p. 4).

Mas, o prazo pré-estabelecido foi curto, desta forma o projeto foi arquivado até o próximo ano, quando for aberta uma nova proposta. Na busca por soluções com o poder público, tomou-se conhecimento através de uma entrevista junto ao Secretário de Infraestrutura do Município, Renato Tozzo, que há um projeto de

revitalização, com drenagem, implantação de galerias fluviais na lateral para evitar que os dejetos caiam na Lagoa e impeça o processo de assoreamento, o projeto inclui iluminação e arborização, sendo que engenheiros já fizeram a análise e o levantamento das condições da Lagoa da Garça, tanto como na Lagoa do Colhereiro no Módulo 06. No entanto não possui prazo para sua realização, pois aguardam recursos do Estado.

Diante das condições problemáticas da Lagoa da Garça, se faz necessário solucionar as questões que comprometem a sua sustentabilidade. Deste modo é fundamental a criação de políticas públicas mais eficazes que estejam incumbidas na conscientização da sociedade e em especial dos moradores irregulares, para que os mesmos tomem consciência da importância da conservação e preservação dos recursos naturais em todos os pontos da cidade.

CONCLUSÃO

É de muita relevância para a cidade tratar de como está sendo utilizado seu solo, assim como entender a forma que a população de determinada área percebe o ambiente que o circunda. Enfatizando o município de Juína/MT que há décadas aumentam os casos advindos da falta de planejamento ambiental urbano, foi possível concluir que o uso desordenado de suas áreas verdes, faz agravar problemas no ambiente natural, assim como de ordem social.

Desta forma foram pontuados alguns problemas críticos que nortearam a pesquisa, sendo estas as moradias irregulares, o descumprimento da legislação ambiental em relação às Áreas de Preservação Permanente e a percepção ambiental dos moradores em relação às áreas de APPs.

Portanto, este estudo permitiu concluir que boa parte dos problemas analisados pode ser solucionado por políticas locais de conscientização e educação ambiental, associados à assistência social do município que deve analisar cada caso separadamente. Isso porque os moradores como os principais envolvidos, precisam desenvolver a consciência ambiental para com as suas atitudes em relação as Áreas de Preservação, e que apesar do elo com o lugar existem impedimentos e que se faz necessário uma atitude imediata para conter a situação.

Percebendo o ambiente de modo a atribuir um novo sentimento que ostente proteger o ambiente natural, conhecendo as leis que regulamentam as áreas de APPs, assim como a Mata Ciliar da Lagoa da Garça. Quanto a desobediência às leis ambientais conclui-se que apenas recentemente em 2013 o município desenvolveu projetos voltados à regulamentação de áreas de APPs. Devido ao interesse da população que almeja registro de posse sobre seu bem, o poder público inicia projetos para regulamentação das APPs urbanas.

Dois projetos aguardam liberação para sua implantação, um projeto de regulamentação das APPs e outro de revitalização da Lagoa da Garça. Com ajuda da sociedade o Poder Público tende a se manifestar em busca dos direitos da sociedade e o cumprimento da Legislação Ambiental.

Foi uma grande satisfação pessoal abordar esta problemática no município, apesar de não poder mostrar os projetos concretizados este trabalho é objeto de

novas pesquisas. Destaca-se ainda que se faz necessário uma convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza, de forma que seja refletida toda ação referente a o ambiente, em especial o ambiente natural, no espaço urbano ou não.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Ficheiro:MatoGrosso MesoMicroMunicip.svg**. 2006. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MatoGrosso_MesoMicroMunicip.svg>. Acesso em: 01, Dez, 2013.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico**. São Paulo: IGEO USP, 1972.5p.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA. **História de Juína.2008-2013**. Disponível em: <http://www.camarajuina.mt.gov.br/conteudo_ver.php?id=13>. Acesso em: 24, Jul, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA. **Leis.2013**.Disponível em: <http://www.camarajuina.mt.gov.br/leis_busca.php>. Acesso em: 30, Ago, 2013.

CAMPOS, Hilton. **Primeiro engenheiro do projeto de Juína/MT: Relatos sobre a criação da Lagoa da Garça**. Juína/MT, 07, Nov.2013.

CARDOSO, João Luiz. **Diretor de Controle Urbano: Depoimento sobre as iniciativas do poder publico em relação a área de APP da Lagoa da Garça**. Juína/MT, 29, out. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade o homem e a cidade a cidade e o cidadão de quem é o solo urbano?**. Editora Contexto, São Paulo, 2001.

CASSETI, Valter. **Geomorfologia. 2013**. Disponível em: <<http://www.funape.org.br/geomorfologia/cap1/index.php>>. Acesso em: 02, Dez, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O ESPAÇO URBANO. 2011**. Disponível em: <<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>>. Acesso em: 08, Out, 2013.

FEREIRA, Creuza. **Moradora da APP da Lagoa da Garça: Depoimento sobre o interesse de mudar do local**. Juína/MT, 29, out. 2013.

FERNANDES, Roosevelt S. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf> . Acesso em: 30, Ago, 2013.

FRANCISQUETTI, Alessandro da Silva. **Historia de Juína**.Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/MT/juina/historia.htm>>. Acesso em: 16, Nov, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2013. **História de Juína**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510515>>. Acesso em: 25, Jul, 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Dinâmica demográfica da Região Sul nos anos 70 e 80**. 1997. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/dinamica_demo_sul_06_97.pdf> Acesso em: 01, Dez, 2013.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental e o desafio da sustentabilidade socioambiental**. (2006). Disponível em: <http://www.scamilo.edu.br/pdf/mundo_saude/41/01_educacao_ambiental.pdf> Acesso em: 01, Dez, 2013.

LEME, Maria Cristina da Silva. **A Formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895 – 1965**. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/617/593>> Acesso em: 19, Set, 2013.

LIMA, Mariana Araguaia de Castro Sá. **Preservação e Conservação Ambiental**. 2013. <<http://www.mundoeducacao.com/biologia/preservacao-ambiental.htm>> Acesso em: 16, Nov, 2013.

MARTINEZ, Marina. **Conferência de Estocolmo** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/meio-ambiente/conferencia-de-estocolmo/>>. Acesso em: 21, Nov, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Papel Passado: Manual da Ação Programática 8866**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/Sistematicas/2011/Manual_Papel_Passado_2013.pdf>. Acesso em: 03, Dez, 2013.

MONTEIRO FILHO, Celso José. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 1999**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Projeto%20RADAMBRASIL/Projeto%20RADAMBRASIL%20v24%20\(Suplemento\).pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Projeto%20RADAMBRASIL/Projeto%20RADAMBRASIL%20v24%20(Suplemento).pdf)> . Acesso em: 17, Nov, 2013.

NEVES, Eliete Henrique das. **Áreas de risco geomorfológico influenciadas pelo rio Piratini, na área urbana de Pedro Osório – RS** . Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/net/diretorio/downloads/Trabalhos%20NET/CH_00346.pdf>. Acesso em: 05, Nov, de 2013.

OLIVEIRA, Sergio Azevedo Marques de. **Projeto Radam**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=796&sid=9>>. Acesso em: 16, Nov, 2013.

PORTAL MATO GROSSO. **Dados gerais de Juína. 2010.** Disponível em: <WWW.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=164&cid=829> Acesso em: 02, Dez, 2013.

POVOS INDIJENAS DO BRASIL. **Massacre do Paralelo 11 extermina 3.500 índios. 2006.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=17879>> Acesso em: 01, Dez, 2013.

ROSESTOLATO FILHO, Antonio. **Geomorfologia aplicada ao saneamento básico na cidade de Cáceres, Mato Grosso.** Disponível em: <http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=69> Acesso em: 02, Ago, 2013.

SALATIEL, José Renato. **Tragédia no Rio: O maior desastre natural do país.** Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/tragedia-no-rio-o-maior-desastre-natural-do-pais.htm>> Acesso em: 21, Ago, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço Habitado.** Editora: Hucitec, São Paulo, 1991.

SOUZA, Nadir Leandro de. **A geografia socioambiental como instrumento para a análise ambiental. 2011.** Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/gavich/downloads/semana11/Eixo4/4-04SOUZA.pdf>>. Acesso em: 02, Dez, 2013.

TEOBALDO NETO, Aristóteles. **A Questão do Lixo em Uberaba MG.** Disponível em: <http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/177_Aristoteles_Teobaldo_Neto%202005.pdf>. Acesso em: 01, Dez, 2013.

TOZO, Renato. **Secretario de infraestrutura: Depoimento sobre o projeto de revitalização da lagoa da Garça.** Juína/MT, 29, out. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO. **Jurisdicionados.** 2012. Disponível em: <<http://www.tce.mt.gov.br/jurisdicionado/index>> Acesso em: 11, Ago, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Editora: Eduel, Londrina, 2012.

VALE, Ana Lia Farias. **Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil.** Disponível em: <revista.ufrb.br/index.php/textosedebates/article/download/1027/841>. Acesso em: 25, Out, 2013.

ANEXO**LEI N.º 935/2007**

Dispõe sobre abertura de crédito especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	11 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
Unidade orçamentária:	01 - Departamento de Turismo
Função:	23 – Comércio e serviço
Sub Função:	695 – Turismo
Programa:	0065 – Turismo

27.695.0065.1.055.4490.51.00	Obras e instalações	R\$ 1.500.000,00
------------------------------	---------------------	------------------

Projeto: 1.055 – Construção de Infra-estrutura turística Lagoa da Garça – Acesso e Urbanização

Total R\$ 1.500.000,00

Art. 2.º Os recursos para cobertura do Crédito Especial do artigo anterior, virão por ocasião do aumento da arrecadação em virtude dos convênios n.º/2007, assinado junto ao Governo da União por intercâmbio do Ministério do Turismo no valor de R\$ 1.500.000,00 (Milhão e quinhentos mil reais).

Art. 3.º Os créditos especiais objeto do presente, somente poderão ser abertos por ocasião do ingresso da receita dos convênios supra citados nos cofres do tesouro municipal.

Art. 4.º Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei n.º 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 5.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juina, 02 de julho de 2007



HILTON DE CAMPOS
Prefeito Municipal

LEI N.º 849/2005

SUMULA: Dispõe sobre abertura de crédito especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Juina – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito especial, no valor de R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	11 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
Unidade Orçamentária:	001 – FMS – Departamento de Desporto
Função:	27 – Desporto e Lazer
Subfunção:	813 – Lazer
Programa:	065 – Turismo

27.813.065.1.099 – 4490.51.00 - Obras e Instalações	R\$ 735.000,00
---	----------------

Total	R\$ 735.000,00
--------------------	-----------------------

ART. 2.º Os recursos para cobertura do Crédito Especial do artigo anterior virão por ocasião de aumento da arrecadação em virtude do convênio n.º /2005 assinado junto ao Governo da União / Ministério do Turismo no valor de R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais).

ART. 3.º Os créditos especiais objeto do presente, somente poderão ser abertos por ocasião do ingresso da receita do convênio supra citados nos cofres do Tesouro Municipal.

ART. 4.º Fica autorizada a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei n.º 101/00 (PPA/LDO/LOA).

ART. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 6.º Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juina, em 16 de dezembro de 2005.

Hilton de Campos
Prefeito

APÊNDICE**DEPOIMENTO:**

“A CODEMAT autorizou através de um licitação do senado pelo Filindo Muller, então foi aprovado no congresso que o estado deveria colonizar, porque a palavra de ordem era “Vamos integrar a Amazonia para não entregá-la, porque organizações internacionais estavam de olho nela, alias ainda estão. Então foi feito a estrada para chegar nessas colonizações.”

“E o senhor Jairo Ferreira que era superintendente da SUDECO, quando chegou no rio Juinão, verificou que a terra era boa, assim fez uma proposta pra CODEMAT fazer uma cidade neste lugar. - E nós fizemos uma reunião em Fontanilas (antigo distrito de Aripuanã) (...) Então assim se deu a historia da criação de Juína. Então foi feita a cidade que no Inicio queríamos por o nome de Ferreiropoles em relação a Jairo Ferreira, no entanto ele não quis e resolveu dar o nome de Juina, que significa pequeno rio, pequeno menino na língua indígena em relação ao rio Juina Mirim.”

Primeiro engenheiro do Projeto Juína

Hilton Campos

DEPOIMENTO:

“Áreas de parques ou botânicos, ortoflorestal e APPs, nós não vamos aceitar invasão, estamos tomando procedimento, encaminhando a promotoria de justiça ao juiz de direito, pra ver o que eles também dizem a respeito, se pode ou não, as vezes fazer um desmembramento, diminuir a área, desde que não afete as APPs, mas esta será uma decisão tomada junto ao executivo, legislativo e judiciária. Tendo esta possibilidade se existir uma forma legal de se estudar e executar um projeto desses, ai vamos ser parceiros e vamos regularizar.

“Agora o que for de invasão em áreas verdes, botânicos, ou ortoflorestais estes é de dever da prefeitura municipal, quando for da prefeitura municipal. (...) Em relação a esta área as pessoas já foram notificadas, nos vamos encaminhar o projeto para o judiciário, o judiciário dará o parecer dele se ela tem a possibilidade de fazer a regularização ou não, diminuir o parque ou botânico ou não. Às vezes for de interesse maior podemos convocar uma audiência publica para escutar a sociedade ver qual a possibilidade de alcançar estes objetivos.

Agora a prefeitura deixar invadir e não tomar providencia isto não vai acontecer. (...) Estamos fazendo todo o cadastramento, vamos apresentar um projeto para o judiciário, e o judiciário vai falar nos aceitamos, somos parceiros e concordamos; não! nós não concordamos, ai vamos querer saber os motivos de não concordarem. Dentro da legalidade nos vamos fazer o que der pra fazer, agora o que fugir da normalidade nos não vamos fazer. (...)

Existe uma legislação estadual que rege, que a lei estadual é soberana a municipal, ela rege 30 metros de Áreas de Preservação permanente, que são as APPs, e 50 metros das nascentes de água dentro do perímetro urbano, e este temos que respeitar, não tem como fugir do confisco.

(...) A prefeitura terá que interferir de alguma forma legalmente pra conseguir documentar estas áreas, antigamente não existiam estas legislações, hoje já existe! Então teremos que achar uma concordância. (...)

Nos estamos cadastrando, porque não tínhamos nada, tirando fotos de satélite, nos estamos vendo aonde a abrangência destas nascentes que são 50metros, que temos que respeitar, fazer todo um levantamento, pra podermos

elaborar um projeto e ver as medidas que vão ser tomadas. Porque nos não podemos desamparar todas as pessoas que já estão lá, de alguma forma errada ou não elas estão lá! E possuem sua moradia e família no local, não podemos deixar desamparadas, por isso teremos que criar uma forma de pedir para pessoa sair dali, ou de alguma forma tomar outro tipo de providencia, mas nós temos que ter um plano B, onde nos vamos colocar, o que vamos fazer com estas pessoas. Porque tirar dali e não fazer nada por elas não é o nosso intuito (...).

Por enquanto esta sendo feito um levantamento de todas as áreas invadidas (...) para ver o que é o que não é, o que existe o que não existe, o que é passivo de regularização o que não é, para que tenhamos um levantamento, as vezes até abrir uma licitação com uma empresa ou se não, se a prefeitura tiver o efetivo que poça fazer este tipo de serviço, ai até podemos fazer pela prefeitura, mas acredito eu, que ela não vai ter. (..)

Não tem valor máximo, mas estima-se mais ou menos 660 reais para cada família, que o Ministério das Cidades vai dar para prefeitura para fazer o custeio do levantamento às coordenadas geográficas desses assentamentos. (...)

Uma ementa do ministério da cidade e o prazo dela é até 25 (Novembro/2013), e neste dia nós não damos conta desta documentação, já havia sendo feita, mas nos não damos conta de terminar. Então teremos que se encaixar no próximo projeto que o ministério da cidade provavelmente no ano que vem em janeiro ou fevereiro, já vão abrir um outro projeto parecido com este aqui, este aqui se chamava Papel Passado, Manual de Ação Programática da lei 8866.

E agora vemos se encaixa no próximo porque este passou. Por falta de tempo, porque este prazo foi muito curto e a prefeitura de Juína não estava com a estrutura pronta. O projeto foi meio direcionado à cidades que já vinham requerendo a dois três anos atrás e a prefeitura municipal de Juína não tinha este tipo de projeto, justamente para o ano que vem sermos atendidos.”

João Luiz Cardoso
Diretor de Controle Urbano



AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

QUESTIONÁRIO

Pesquisa de opinião aos moradores das proximidades da Lagoa da Garça:

1. Nome e idade? _____
2. Nome da rua? _____
3. Qual a sua profissão? _____
4. Quantos crianças residentes no local? _____
5. A família possui ajuda do governo? Qual _____
6. Faixa Etária: _____

<input type="checkbox"/> entre 10 e 20 anos	<input type="checkbox"/> entre 20 e 30 anos
<input type="checkbox"/> entre 30 e 40 anos	<input type="checkbox"/> acima de 40 anos
7. Escolaridade:

<input type="checkbox"/> Não Alfabetizado	<input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo	
8. Número de residentes no local: _____

<input type="checkbox"/> 1 a 3 moradores	<input type="checkbox"/> 4 a 6 moradores
<input type="checkbox"/> 7 a 9 moradores	<input type="checkbox"/> acima de 9 moradores
9. Tempo de residência no local em que ano chegou aqui? _____

<input type="checkbox"/> 1 a 4 anos	<input type="checkbox"/> 5 a 9 anos
<input type="checkbox"/> 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> acima de 20 anos
10. Qual a renda mensal da família?

<input type="checkbox"/> 0 a 1 salário	<input type="checkbox"/> 1 a 2 salários
<input type="checkbox"/> 3 a 5 salários	<input type="checkbox"/> Mais de 6 salários
11. Possui coleta seletiva? Sim Não
12. Possui água encanada? Sim Não
 Posso() DAES()
13. Possuem agente de saúde? Sim Não
14. Possuem agentes epidemiológicos Sim Não
15. Possui fossa no quintal de casa? Sim Não
16. Onde morava antes? _____

17. Conhece os limites da APP conforme a legislação?

18. Como era a lagoa nos primeiros anos que chegou aqui? E hoje como ela esta?

19. Você tem conhecimento de acidente, doença ou história relacionado a Lagoa da Garça que gostaria de contar?

20. Por que reside neste local? Já foram convidados a sair por ordem da prefeitura? Se fosse obrigado a sair teriam pra onde ir?

21. Qual a sua opinião para solucionar os problemas da Lagoa da Garça? A em relação a sua residência você acredita estar em um local seguro?

22. Como moradores do local, após reconhecer os problemas causados a natureza e a nascente do rio, sairia por livre e espontânea vontade deste local, se tivesse como morar em outro lugar ou se fosse reembolsado?

23. Que sugestão você como morador daria para melhorar a aparência da Lagoa da Garça e resolver os problemas ambientais? O que você diria para os outros moradores?

24. De 2005 a 2008, já residia neste local, quais as lembranças que você tem da Lagoa da Garça?



Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Nome do Entrevistado: Renato Tozzo

Atividades de pesquisa autorizadas

Projeto de Monografia:

Monografia:

Dados do trabalho:

Título: Meio Ambiente: A percepção Ambiental dos moradores da Micro Área de Preservação Permanente às margens da lagoa da Garça/Juína-MT

Autorizo a AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA por meio da Coordenação de Monografia do Curso de Licenciatura em Geografia a disponibilizar, gratuitamente, em sua base de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o **texto integral** do Projeto de Monografia/Monografia em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a partir desta data:

SIM

NÃO

Obs.: Em caso da não autorização, o trabalho será disponibilizado utilizando-se nome fictício.

Juína, 04 de Dez, 2013

Assinatura

CPF. 913.663.051-91.



Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Nome do Entrevistado: Hilton de Campos

Atividades de pesquisa autorizadas

Projeto de Monografia:

Monografia:

Dados do trabalho:

Título: Meio Ambiente: A percepção Ambiental dos moradores da Micro Área de Preservação Permanente às margens da lagoa da Garça/Juína-MT

Autorizo a AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA por meio da Coordenação de Monografia do Curso de Licenciatura em Geografia a disponibilizar, gratuitamente, em sua base de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o **texto integral** do Projeto de Monografia/Monografia em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a partir desta data:

SIM

NÃO

Obs.: Em caso da não autorização, o trabalho será disponibilizado utilizando-se nome fictício.

Juína 4 de Dez, 2013

Assinatura

CPF. 080842621-48



Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Nome do Entrevistado: João Luiz Cardoso

Atividades de pesquisa autorizadas

Projeto de Monografia:

Monografia:

Dados do trabalho:

Título: Meio Ambiente: A percepção Ambiental dos moradores da Micro Área de Preservação Permanente às margens da lagoa da Garça/Juína-MT

Autorizo a AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA por meio da Coordenação de Monografia do Curso de Licenciatura em Geografia a disponibilizar, gratuitamente, em sua base de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o **texto integral** do Projeto de Monografia/Monografia em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a partir desta data:

SIM

NÃO

Obs.: Em caso da não autorização, o trabalho será disponibilizado utilizando-se nome fictício.

Juína 4 de Dez, 2013

Assinatura

CPF.

007.128.251-60

João Luis Cardoso
Portaria 023/2013
Diretor Departamento
Controle Urbano

